



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 12/12

28 de Junho de 2012



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

Racionalização ou Irrracionalidade?

Conforme profusamente noticiado na comunicação social, dando cumprimento ao que foi anunciado na Concentração de Militares do dia 20 de Junho, uma delegação constituída por dirigentes das ANS e AP entregou na passada Segunda-feira, dia 25 de Junho, na residência oficial do Primeiro-ministro, a "Moção" aprovada por unanimidade e aclamação pelos militares presentes naquele evento.

Nesta "Moção" estão vertidas muitas das preocupações com que nos temos confrontado, em que se incluem a saúde militar, a insegurança relativamente ao Fundo de Pensões, os cortes de subsídios e redução de vencimentos e o folhetim das propaladas "promoções" com toda a mistificação que se tem construído à sua volta. Mais uma vez defendemos a sua imperiosa urgência, necessidade e importância orgânica.

Curiosamente – ou talvez não – chegou entretanto ao nosso conhecimento, por diversas fontes da internet, um documento denominado "*Directiva para a Reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas*", tendo como origem o gabinete do MDN.

Se é verdade que o documento aborda a racionalização da Estrutura Superior das Forças Armadas, matéria que, em princípio, estatutariamente não incumbirá às APM's (Associações Profissionais de Militares) pronunciar-se, não é menos verdade que de uma forma encapotada se insinua a intenção de alterar o texto constitucional, misturando os conceitos de Segurança Interna e Defesa Nacional e, em várias referências, se pretende proceder à revisão do EMFAR – Estatuto dos Militares das Forças Armadas (a tal revisão que, desde o MDN às Chefias Militares, nos tem sido garantido não estar prevista), ao mesmo tempo que se pretende trabalhar sobre o ensino e a saúde militares, áreas de eminente interesse e competência socioprofissional. Contudo, em momento algum se refere a integração, inclusão ou sequer consulta das APM's no decurso destes processos. Não aceitamos a exclusão em matérias de clara e inequívoca competência socioprofissional!

Por outro lado, vemos com preocupação, senão mesmo incredulidade que, no alegado "*âmbito da gestão de carreiras e revisão estatutária*", se tenha como objectivo "*estudar, entre outras alterações, a adequabilidade e oportunidade da criação do posto de Brigadeiro General/Comodoro e respectivo conteúdo funcional, no âmbito da revisão do EMFAR*". Será que, no quadro de extremas dificuldades e restrições que todos atravessamos, a resolução dos problemas mais graves e prementes com que se confrontam as Forças Armadas passa pela criação de mais um posto na categoria de oficial general? Não acreditamos! A necessidade de se proceder às promoções é transversal a todas as categorias militares e deve ter como objectivo único garantir o normal funcionamento da Instituição Militar no seu todo hierárquico, desde a Praça ao Oficial General. Só assim o cidadão comum, já de si confrontado com inúmeros sacrifícios e restrições, poderá entender a aplicação de uma medida excepcional a um grupo de profissionais com excepcionais exigências e condições.

Não aceitamos que se venha a verificar neste processo das promoções, com a consequente necessidade de revisão de normativos legais para o seu eficaz enquadramento, o mesmo que se verificou com a revisão do sistema retributivo dos militares (DL 296/2009, 14OUT e Anexo III – Equiparações para Efeitos de Atribuição do Abono por Despesas de Representação), em que de facto se aplicou a um grupo exclusivo de militares uma medida excepcional, favorecendo-os em detrimento dos demais, pondo em causa a coesão e a disciplina no seio das Forças Armadas.

Enquanto prevalecer uma visão elitista relativamente ao todo hierárquico constitutivo das Forças Armadas, será difícil encontrar caminhos para as desejáveis Carreiras Militares, devidamente estruturadas. Vamos no entanto continuar a lutar contra esta visão elitista, tenha ela a origem que tiver! Há que ter a honestidade intelectual de dar aos militares Sargentos funções de autoridade e responsabilidade, estatutariamente expressas e reconhecidas. Há que ter a honestidade intelectual de, cumprindo as Leis, ouvir o que os militares, nas suas diversas categorias e componentes, têm para dar como contributos genuínos.

Posto isto, insistimos que com dignidade, coragem e determinação, continuamos a construir o futuro!

**A Direcção
Lisboa, 28 de Junho de 2012**